

Senado votará acordo em agosto

Senador Ronan Tito diz que questão já não preocupa e deverá ter aprovação tranquila

Luiz Prado/AE — 25/7/90

BRASÍLIA — O Senado receberá o texto do acordo de renegociação da dívida externa na segunda quinzena de agosto e discutirá os termos da negociação com os bancos credores até o final do próximo mês. A previsão é do presidente do Senado, Mauro Benevides, e de um grupo de senadores que almoçaram com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, na residência do senador Ronan Tito (PMDB-MG). O ministro estava acompanhado do presidente do Banco Central, Francisco Gros, do secretário-executivo, Luís Antônio Gonçalves, de Planejamento, Pedro Parente, e de Assuntos Econômicos, Roberto Macedo, além do negociador da dívida, Pedro Malan.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), que participou do almoço, classificou o acordo brasileiro de "razoável". Segundo ele, é preciso "ver o acordo no preto e no branco" para se ter uma idéia sobre o fluxo de desembolso para o pagamento da dívida. "Os pagamentos não podem comprometer as reservas cambiais", afirmou. O ministro Marcílio distribuiu um texto com um resumo das opções que serão escolhidas pelos banqueiros para a rolagem de uma dívida de US\$ 44 bilhões.



São Tomé

Fernando Henrique Cardoso diz que acordo é razoável, mas que é preciso ver tudo "no preto e no branco"

O senador Ronan Tito comentou que a negociação da dívida externa "já não preocupa" e aposta em uma votação tranquila no plenário em agosto.

Os principais pontos do acordo fechado entre os bancos credores internacionais e o Brasil, segundo informe distribuído pelo governo, são:

■ A dívida de médio e longo

prazo do setor público, de US\$ 44 bilhões, será rolada por um prazo de até 30 anos, a uma taxa de juros média de 6% ao ano. US\$ 40 bilhões são dívidas anteriores a 1988 e US\$ 4 bilhões fazem parte do dinheiro novo emprestado no acordo de 1988.

■ Haverá uma redução de 35% em média do estoque da dívida externa e do montante de juros

pagos, assim como o alongamento das prestações e proteção contra alta dos juros internacionais.

■ O acordo respeita a capacidade de pagamento do País e está sintonizado com a capacidade da União de gerar receitas.

■ A próxima etapa do acordo será a preparação de uma minuta a ser submetida à aprovação do Senado. Aprovada a minuta, o documento será apresentado a todos os credores. Após a adesão dos credores, serão assinados os contratos e emitidos os títulos previstos no acordo.

■ A dívida de US\$ 44 bilhões será rolada por meio de sete instrumentos (seis bônus e um contrato de reestruturação).

■ O bônus ao par, o bônus de desconto e o bônus de redução temporária de juros são títulos que permitirão a redução do estoque da dívida ou dos juros.

■ O bônus de conversão, o bônus de capitalização e a opção de reestruturação são títulos que permitirão um alívio nas remessas aos credores.

■ O bônus de dinheiro novo é um título que propiciará novos créditos ao Brasil. Para cada US\$ 5,5 de dívida velha transformada em um bônus, os bancos se obrigam a conceder US\$ 1 em novos empréstimos ao País.